



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 02/2009

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2009  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 17 HORAS E 30 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>11</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>19</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>19</b>

**ACTA N.º 02/ 2009**

**ABERTURA**

Aos treze dias do mês de Março de dois mil e nove, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Projecto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Município da Covilhã;
- 2.3** - REFER - Projecto de Electrificação do Subtroço Vale de Prazeres/Covilhã, da Linha da Beira Baixa - Interesse Público;
- 2.4** - REFER - Reabilitação das Infra-estruturas de Três Pontes da Linha da Beira Baixa - Ponte Ferroviária sobre o Rio Zêzere, ao km 157 +701 - Interesse Público Municipal;
- 2.5** - Adega Cooperativa da Covilhã - Pedido de Isenção de Taxas;
- 2.6** - Carta Educativa do Concelho da Covilhã - Aprovação das Alterações.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Dra. Maria da Ascensão Albuquerque Amaral Figueiredo Simões, Dr. Domingos Sousa Beato, Dr. Artur Campos Meireles da Fonseca, João Manuel Pinto, Dr. José Curto Pereirinha, Dra. Telma Catarina Dias Madaleno, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, José Manuel dos Santos Santarém, Abel Fernando Pereira Cardoso, Dra. Ana Maria de Jesus Monteiro, Dr. Carlos Manuel Esteves de Sousa, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Dr. Carlos José Jesus Duarte Mineiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar - Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Duarte Minhoto (Dominguismo), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António Canário Marques da Silva (Orjais), Joaquim Carvalheira dos Santos (Ourondo), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), Carlos Alberto de Matos Mendes (Teixoso), Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira (Tortosendo), Enf. António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Baptista Lopes (Vila do Carvalho). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), Carlos do Carmo Martins (Conceição), Enf. António Mendes Paulo (Erada) e Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

**PRESENÇAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**EXPEDIENTE**

- Fax dos Eleitos pela CDU - Coligação Democrática Unitária a comunicar a impossibilidade de estarem presentes, nesta Sessão, por se encontrarem em Lisboa na Manifestação Nacional promovida pela CGTP;
- Ofício n.º 04/2009/A - COMURB - Comunidade Urbana das Beiras a comunicar que os Estatutos da COMURBEIRAS-CIM já foram publicados em Diário da República;
- Ofício n.º 10429 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Regime Excepcional de Pagamento de Dívidas Fiscais”;
- Ofício n.º 10431 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Pela Suspensão do Actual Sistema de Avaliação e pela Qualidade da Escola Pública”;
- Ofício n.º 27870-1180 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a acusar a recepção da Moção “Pela Suspensão do Actual Sistema de Avaliação e pela Qualidade da Escola Pública”;
- Ofício n.º 10/09/GC do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata a acusar a recepção da Moção “Pela Suspensão do Actual Sistema de Avaliação e pela Qualidade da Escola Pública”;
- Ofício n.º 10457 do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a acusar a recepção da Moção “Pela Suspensão do Actual Sistema de Avaliação e pela Qualidade da Escola Pública”;
- Ofício n.º 24/6.ª-CAEIDR da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional a acusar a recepção da Moção “Regime Excepcional de Pagamento de Dívidas Fiscais”;
- Ofício n.º 20/8ª-CEC da Comissão de Educação e Ciência a acusar a recepção da Moção “Pela Suspensão do Actual Sistema de Avaliação e pela Qualidade da Escola Pública”;
- Ofício Circ. n.º 14/2009-LP da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses a dar conhecimento da realização dos “XXIV Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa”;
- Ofício Circ n.º 16/2009-LP da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses a dar conhecimento da realização do “II Encontro de Governos Locais Lusófonos”;

- Ofício Circ. N.º 26/2009-AG da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses a dar conhecimento da proposta de criação do “Fundo para o Investimento Local”.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que, como os Estatutos da COMURBEIRAS - CIM já foram publicados em Diário da República e a resposta ao pedido de parecer feito à CCDR Centro está dependente da realização de uma reunião Jurídica, face à necessidade de se cumprirem os prazos, nos 30 dias seguintes à publicação, propôs a inclusão do ponto **2.7- Eleição dos Representes do Município da Covilhã para a Assembleia Intermunicipal da COMURBEIRAS-CIM** e que fosse realizada a eleição só com os Eleitos Directos dizendo: “Mas, que fique bem claro que sou contra a que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia não votem”. De seguida o Senhor Presidente da Mesa informou que os Deputados Municipais do Partido Comunista não foram ultrapassados, porque teve o cuidado de os informar previamente. -----

--- Não havendo manifestações contra, a Sessão prosseguiu com a seguinte:

### **ORDEM DE TRABALHOS**

#### **1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **2. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Projecto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Município da Covilhã;
- 2.3** - REFER - Projecto de Electrificação do Subtroço Vale de Prazeres/Covilhã, da Linha da Beira Baixa - Interesse Público;
- 2.4** - REFER - Reabilitação das Infra-estruturas de Três Pontes da Linha da Beira Baixa - Ponte Ferroviária sobre o Rio Zêzere, ao Km 157 +701 - Interesse Público Municipal;
- 2.5** - Adegas Cooperativas da Covilhã - Pedido de Isenção de Taxas;
- 2.6** - Carta Educativa do Concelho da Covilhã - Aprovação das Alterações;
- 2.7** - Eleição dos Representantes do Município da Covilhã para a Assembleia Intermunicipal da COMURBEIRAS-CIM.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 08 e 01  
DAS SESSÕES DE 12 DE DEZEMBRO DE 2008 E 30 DE JANEIRO DE 2009**

--- Submetidas as actas, previamente enviada por fotocópia a todos os membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. -----

- Colocadas as **Actas n.º 08/2008 e 01/2009** à votação, foram as mesmas **aprovadas por maioria: com 55 votos a favor e 1 abstenção (Senhor Eng.º José Miguel Oliveira) e com 53 votos a favor 3 abstenções (Senhores: Eng.º José Miguel Oliveira, Dra. Ana Monteiro e Dr. João Paulo Lopes)**, respectivamente. -----

**INTERVENÇÕES**

--- A Senhora D. Isilda Barata propôs um **Voto de Pesar** pelo falecimento do **Senhor João Mateus Ramos (doc. 01)**. -----

--- O Senhor José Manuel Santarém propôs um **Voto de Pesar** pelo falecimento do **Senhor Francisco Fernandes Runa**. -----

- Colocados, os **Votos de Pesar**, à votação **seguidos de um minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores: João Mateus Ramos e Francisco Fernandes Runa** foram os mesmos **aprovados por unanimidade**. -----

--- A Senhora Dra. Ana Monteiro fez uma intervenção política **(doc. 02)**. -----

--- O Senhor Pedro Leitão fez uma intervenção política, referindo-se ao aumento da água na Covilhã **(doc. 03)**. -----

--- O Senhor João Pinto referiu-se ao “arrasador cataclismo económico e financeiro que se instalou no Mundo” **(doc. 04)**. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro fez uma Declaração Política referindo-se à Moção de Protesto aprovada pela Câmara Municipal. Convidou o Executivo Camarário e os Senhores Deputados Municipais do PSD a fazer um “encontro de contas” entre aquilo que os Governos do PSD já fizeram na Covilhã e aquilo que fizeram os Governos do Partido Socialista. -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro apresentou uma Moção referente à “Viabilidade Económica e Financeira de Empresas e Empresários” **(doc. 05)**. -----

- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 41 votos a favor (PSD e CDS-PP) e 10 votos contra (PS e BE)**. -----

- Foram feitas Declarações de Voto pelos Membros:

- Senhora Dra. Ana Monteiro: “Eu votei contra porque creio que não faz grande sentido andar aqui a alimentar tricas entre comadres. Na alternância as medidas são as mesmas e creio que é mesmo uma postura de trica, mera trica!” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro “O Partido Socialista votou contra a esta Moção no sentido em que propõe um conjunto de medidas, nomeadamente os apoios às PMES, que já estão contempladas nas medidas propostas do Governo. Portanto, dá-nos ideia que é uma Moção para marcar pontos políticos ou para tentar marcar posição política por parte do PSD, porque no fundo não vai resolver problema nenhum e muitas das propostas que são feitas já o Partido Socialista tem... já estão apresentadas, já estão em vigor, digamos, nas propostas de combate à crise que o Partido Socialista apresentou. Portanto nesse sentido a Bancada do PS votou contra esta Moção”. -----

- Senhora D. Isilda Barata “Eu votei a favor porque tudo o que seja para reforçar o desenvolvimento desta Região devemos sempre votar a favor e também porque, quero chegar a brasa à minha sardinha, no meu sector, os Empresários não querem dar aumento porque o Governo lhe tirou a ajuda prevista para o sector de lanifícios, vestuário e algodões. Por isso foi uma das causas porque eu votei a favor”. -----

- Senhor Dr. Luís Fiadeiro “Isto aqui é quase uma verdade de La Palisse. Eu, de facto, como Cidadão da Covilhã lamento profundamente que, no caso concreto da Bancada do PS, tenha votado contra esta Moção. Porque, o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, provavelmente, anda muito distraído ou não está atento àquilo que vai saindo. Aquilo que aqui se propõe, a maior parte destas medidas não foram ainda aprovadas pelo seu Governo e portanto o que nós pretendemos e estamos aqui única e exclusivamente, que isto fique bem claro, a representar quem nos elegeu e eu fico sinceramente, palavra de honra... retiro desta vossa votação um profundo sentimento de tristeza. Porque vejo que vocês misturam tudo. Nós estamos aqui a representar as pessoas que nos elegeram. Porque, como vocês sabem, quando tivemos um Governo também aprovámos aqui e fomos autores de Moções contra o nosso próprio Governo. Agora, sinceramente, retiro desta vossa posição um sentimento profundo, e deixo isto para o juízo dos Covilhanenses, de tristeza. Porque, de facto, o que está aqui, única e exclusivamente, em causa são os interesses e as pessoas da Covilhã”. -----

--- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira fez uma Declaração Política referindo-se à deliberação de Câmara, do dia 16 de Janeiro, que aprovou a injustificação das faltas dadas pelo Senhor Vereador Dr. Victor Pereira.

Terminou dizendo que as ausências, nas Reuniões de Câmara, do Senhor Vereador são por estar em serviço da Nação, na Assembleia da República pelo que: “A Bancada do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, repudia veementemente a atitude dos Vereadores, da actual maioria, ao terem aprovado esta deliberação”. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata fez uma Declaração Política referindo-se à ausência do Partido Comunista, reconhecendo que têm o legítimo direito de ir a uma Manifestação.

“O que não têm é o direito de, efectivamente, depois criticarem o Órgão, porque marca uma Assembleia para este dia!

Assim como, também estranho, esta moda de dizerem que: Quando faltamos, vocês é que têm a culpa! Porque marcaram em data errada! Como ainda agora aqui foi dito!

Quer dizer: há um Vereador que não vem... eh pá, mas vocês deviam modificar o dia da vossa reunião! Então para que é que serve a Democracia? Para que é que serve, de facto, a força da maioria? Para que é que serve? Serve apenas para justificar o injustificável?”

De seguida, referiu-se ao Congresso do Partido Socialista dizendo que: “As grandes ideias do Congresso do Partido Socialista, como sabem, foram apenas: o pedido da maioria absoluta, feito pelo Senhor Secretário-Geral do Partido Socialista José Sócrates; o ataque ao Bloco de Esquerda tentando, numa finta política, transformá-lo numa espécie do Partido mais importante, quando a importância do Bloco de Esquerda é permanentemente demonstrada nesta Assembleia pela qualidade das intervenções que tem. Uma terceira ideia do Congresso, que foi a única, foi a proposta programática do casamento dos homossexuais. Não houve mais nada neste Congresso!

Curiosamente, à falta de ideias próprias, criticam as ideias alheias e vem o Malhador Oficial, o Malhador Oficial, o Ministro Augusto Santos Silva, o das malhas, criticar propostas excelentes, no nosso entender é evidente, da Líder do Partido Social-Democrata, em alternativa às medidas da crise anunciadas mas nunca cumpridas pelo Governo e vem malhar-nos, a gente até gosta porque vemos que a Democracia está arredada do pensamento daqueles que se consideram: não Representantes do Povo Soberano, mas Soberanos Representantes do Povo! Não lhe admitimos isso!

O Congresso devia ter feito um balanço, o balanço deste Governo, o balanço das Finanças que deixa que, neste ano, como diria o Prof. Campos e Cunha, o défice chegue aos 5%; que nacionaliza Bancos, que protege os Bancos, que não deixa sair empréstimos às pequenas e médias Empresas e às Famílias. Mas que, entretanto, promove chorudas compensações de accionistas através do nosso Banco, Caixa Geral de Depósitos.

O Ministério das Finanças não transmitiu, até agora, uma ideia nova, uma ideia capaz de polarizar o trabalho português; na Justiça marca passo, a reforma da Justiça está para as Calendas Gregas; a Educação vê-se! Transformou-se numa luta: nas Escolas; dos Professores e numa imagem de retaguarda da Europa, do que deve ser o principal polarizador das iniciativas Nacionais que é a Educação.

Na Saúde deu-se-lhe a volta, através da Ministra, mais suave, mas desertificou-se o Interior, através da extinção de Unidades de Saúde. As Obras Públicas, como sabem, é uma manifestação errática que, ora está em Alcochete; ora está na Ota; ora está no deserto do Sul; ora está no desemprego no Norte e apenas cumpre, algumas vezes, aquilo que já estava projectado no plano rodoviário Nacional e pouco mais. Na Economia o inenarrável Ministro Manuel Pinho que sacrossantemente declarou, por duas vezes, a crise extinta, por duas vezes disse: a crise não entra cá! Estamos vistos!

No emprego, e eu quero aqui ter uma palavra de alguma solidariedade com o Ministro da Solidariedade Social, o Ministro Vieira da Silva, em termos de Segurança Social mas o emprego vai ser fatal! Vai ser fatal! Ninguém liga a isso!

Falamos do Bloco de Esquerda ou do Partido Comunista ou do casamento dos homossexuais mas o Emprego logo se vê”.

Apresentou, de seguida, uma Moção de Protesto (**doc. 6**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro usou da palavra para a Defesa da Honra: “Vinha dizer ao Senhor Deputado, Bernardino Gata, se quer uma ficha do Partido Socialista? É que é estranho, o Senhor vir aqui, dar opiniões sobre aquilo que se deve passar nos outros Partidos. É um pouco caricato!

O Senhor Deputado Bernardino Gata começou por referir que: o Congresso do Partido Socialista foi um vazio de ideias e uma mão cheia de nada!

O Partido Socialista reuniu no seu órgão máximo, que é o Congresso, como fazem todos os Partidos Democráticos e tratou das matérias que interessam aos Socialistas e que interessam aos Portugueses.

Nós, não reconhecemos, à Bancada do Partido Social-Democrata, nenhuma autoridade moral superior para virem dizer o que é que o Partido Socialista deve referir e deve falar.

Não foi só os homossexuais! Houve muitas outras matérias! Incluindo a Regionalização!

Nós convidamos, desde já, o Partido Social-Democrata a associar-se a essa luta”. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Está aqui dada uma ideia lata, do que é o conceito de democracia, do Partido Socialista. O Partido Socialista é o Partido do Governo, realiza um Congresso e os outros Partidos estão impedidos de fazer qualquer comentário ao Congresso.

Agora, qual foi a honra? O Casamento dos homossexuais? Qual foi a honra? Foi o vazio de ideias? Sabe qual foi a única ideia que realmente trespassou neste Congresso? (Para si, Senhor Deputado, que não sei onde é que lhe ofendi a honra?! Mas, enfim! Estas coisas a gente já as conhece). Foi a ausência do Deputado Manuel Alegre! Foi a única coisa de interessante neste Congresso!” -----

- Colocada a Moção de Protesto à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 41 votos a favor (PSD e CDS-PP) e 10 votos contra (PS e BE)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Membro:

- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira “A Bancada do Partido Socialista, nesta Assembleia, votou contra esta Moção pelos argumentos que já foram anteriormente apresentados pelo nosso Camarada Hélio Fazendeiro. Não podemos concordar com esta demagogia política!”. -----

### **ORDEM DE TRABALHOS**

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Para além de um ofício, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e do Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivado em pasta própria, o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que:

“No próximo domingo, vamos celebrar um conjunto de obras que reputamos de muito importantes para a Cidade e que têm a ver com a abertura oficial do Parque da Degoldra; com as Escadinhas de Santo André e o respectivo elevador; a visita às obras da Ponte da Carpinteira e, também, a apresentação de mais um conjunto de novos projectos que são os seguintes:

- Dois elevadores que vão permitir, se complete, a ligação da Zona dos Penedos Altos até ao Jardim Público, através de 2 plataformas;

- Um elevador que ligará a Zona de impasse do arruamento do Parque da Degoldra até ao logradouro da Biblioteca da Universidade que permite, conjugado com o Elevador das Escadinhas de Santo André, se fluidifique a ligação entre a Zona da Estação e a Zona Centro da Cidade;

- A utilização do Ramal de São João de Malta, um projecto, que tem muitos anos. Em 1999, foi feita uma consulta ao Mercado Nacional para que ali fosse construído um elevador. Houve, apenas, uma resposta, da parte da Empresa Carris de Lisboa, com um preço muito exagerado e com uma solução que era pouco recomendável tecnicamente.

A circunstância da Câmara ter ganho certa experiência, quando lançou o elevador das Escadinhas de Santo André e tendo conhecido o Mercado Nacional e Internacional, permitiu-nos, agora, lançar um desafio a uma Empresa Nacional, a EFACEC.

Os Elevadores da UBI e os Elevadores contíguos à Ponte da Carpinteira já têm cobertura financeira, no âmbito da candidatura que apresentámos à COMURBEIRAS, resta-nos obter cobertura financeira para o funicular do Ramal de São João de Malta.

Estas obras que vamos inaugurar (as Escadinhas de Santo André, o Parque da Degoldra e a Ponte da Carpinteira, que haveremos de inaugurar no mês de Maio), as três obras reportam-se a um valor de 12 milhões e setecentos mil euros”.

De seguida o Senhor Presidente disse que o POLIS tinha 12 milhões e que só vieram 5. Pelo que dizer-se que são obras POLIS, revela ligeireza, ignorância, atrevimento e é amesquinhar o esforço de todos os envolvidos.

O Senhor Presidente convidou os Senhores Deputados Municipais a associarem-se a estas inaugurações.

Informou, também que:

- Em Março, vai ser assinado mais um contrato com a PARKURBIS, que permitirá o emprego a mais 20 engenheiros informáticos, para produção de software;

- Em Maio, vão ser entregues os Fogos da Biquinha, que vão permitir alojar dezenas de Famílias;

- No âmbito Social, foram tomadas medidas que significam cerca de um milhão de euros até final do ano:

- Congeladas as rendas de habitação, cerca de mil fogos;
- Dispensa do pagamento da alimentação e prolongamento de horário aos Jardins-de-Infância e da alimentação ao 1.º Ciclo;
- Os transportes gratuitos para os maiores de 65 anos;
- Refeições a um euro.

- A Câmara, na última reunião, decidiu chamar a atenção do Governo para um conjunto de situações políticas de decisão, que significam trinta milhões de euros de investimento, que não se fazem porque o Ministro da Economia não actua, tais como:

- A Central de Biomassa; a Barragem, a Loja do Cidadão e a passagem inferior do Caminho-de-ferro.

Quanto ao aumento da água, foi feito com preocupações sociais, sendo menor do que em diversos pontos do País. A Águas da Covilhã têm um deficit anual de um milhão e meio de euros e para o reduzir tem que ser feita alguma coisa. “Querem por pessoal na Rua? Não querem a modernização das Redes, com a requalificação da calçada que temos estado a fazer, nas Freguesias? Bom, se não quiserem fazer isso é só dizerem! “

O Senhor Presidente da Câmara Municipal terminou a sua intervenção dizendo: “a questão que aqui foi trazida, de organização interna da Câmara, eu fico surpreendido com isto! Como é que... nós sentamo-nos às sextas-feiras na sessão da Câmara, todos os que aqui estão, e há alguém que falta. Falta para quê? Não porque esteve doente; não porque tem licença de paternidade; não porque outra coisa qualquer. Falta! Quem é o culpado? É dos que lá estão! Não reconhecem essa falta!”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel “o Partido Socialista felicita, a Câmara Municipal, pela isenção do pagamento de almoços às crianças do nosso Concelho, das medidas que foram tomadas relativamente à crise. Registamos, com agrado, aquilo que foi inflexão, do Senhor Presidente da Câmara, que há uns meses atrás dizia que queria por os pais das crianças que não pagavam em tribunal.

Em relação à água e à comparação dos tarifários, podíamos dizer todos os números e mais alguns. O Senhor Presidente foi buscar o escalão mais baixo. Nós podíamos ir buscar o escalão onde se insere a maioria dos consumidores e veríamos, se calhar, que a Covilhã continuaria... neste caso, estaria à frente.

De seguida disse: A questão que lhe trazia, aqui hoje, tem a ver com o problema latente na nossa Cidade. A diversidade das Colectividades e das Associações, do nosso Concelho, sempre foram uma marca de registo da Covilhã. Sempre fizeram parte da sua história, da sua riqueza cultural e aquilo que nós temos assistido nas notícias, ultimamente, é: Colectividades e Associações a fecharem determinadas modalidades desportivas. Um das delas em perigo, inclusivamente, de fechar portas.

A questão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista traz aqui hoje, ao Senhor Presidente e que pelos vistos não foi respondida pelo Senhor Vereador, é: quais é que são os critérios que, o Executivo Municipal, utiliza para apoiar as Associações e as Colectividades do nosso Concelho? Isso é que nós queremos saber e isso é que tem que ser respondido. Porque essa pergunta ficou por responder numa das últimas sessões de Câmara”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro ” uma pequena correcção no sentido do que o Senhor Presidente interpretou das minhas palavras, em relação à questão da Moção e em relação à questão do POLIS, no sentido de desvalorizar a intervenção do Município nesse assunto. Ora, não foi nada disso que eu fiz! Eu pus as coisas no seu devido lugar. Explicar que as obras não eram propriedade exclusiva do Município. Porque aquilo que foi tentado fazer foi uma apropriação da paternidade, entre aspas, das obras e como os Senhores não gostaram que a assunção, digamos que, a paternidade fosse do Governo do Partido Socialista, também nós não gostamos dessa parte e não foi no sentido obviamente de desvalorizar a intervenção dos Autarcas, dos Técnicos da Câmara Municipal e portanto todos os intervenientes nessa obra e portanto nas obras que se fazem. Apenas colocar as coisas no devido sitio. É que não foi, efectivamente, uma iniciativa exclusiva da Câmara Municipal o programa POLIS também contribuiu para essas obras.

Depois, Senhor Presidente, eu queria reafirmar aqui duas ou três coisas: considero e quero manifestar aqui mais uma vez a total solidariedade do Grupo parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia em relação àquilo que está a ser o tratamento dado, pelo Executivo Municipal, ao Senhor Vereador e Deputado Victor Pereira. Porque o Senhor Vereador e Deputado Victor Pereira não anda em Lisboa, na Assembleia, a tratar assuntos pessoais. Anda a tratar assuntos, também, do Distrito e dos covilhanenses.

Provavelmente vamos assistir, como ele próprio já disse que vai interpor uma acção judicial porque considera que legalmente tem essa possibilidade e essa prerrogativa, daqui a uns tempos àquilo que assistiremos hoje em relação à COMURBEIRAS e que foi confirmar-se à posteriori que o Partido Socialista tem razão na análise que se fazia.

Eu só interpreto, da seguinte forma, do ponto de vista do jogo político partidário e da altura em que estamos, que é um ano de eleições, em que o Senhor Presidente pretende, do ponto de vista da estratégia política partidária em ano eleitoral, tentar denegrir ou tentar diminuir a posição política de um Vereador e de um Deputado que foi legitimamente eleito para representar os Covilhanenses, tanto na Câmara Municipal como na Assembleia da República.

Eu não sou especialista em direito, mas aquilo que me dizem é que há cabimento legal e a Câmara deve aceitar como boas as justificações de falta, por trabalho parlamentar. Porque a Assembleia da República também aceita justificações de faltas por trabalho Autárquico.

Em relação às outras questões, que o Senhor Presidente aqui falou, nós saudámos um conjunto delas, nomeadamente as áreas sociais. Relembro que aqui há um ano atrás, ou coisa que o valha, este Executivo Camarário, ou pelo menos liam-se ai nos jornais, que era aquele que queria por os Pais dos miúdos do primeiro ciclo em Tribunal porque contestavam o pagamento das refeições. Hoje em dia já inflectiram a política, já têm uma outra sensibilidade e portanto já oferecem ou já isentam do pagamento. Nós salientamos isso e salientamos Senhor Presidente que este milhão de euros, nestas questões sociais, é muito bem aplicado”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “já agora, uma vez que o Senhor referiu um tema que eu introduzi, no início da nossa Sessão, quero-lhe dizer: o Senhor quando se refere, afinal nós é que temos razão e é aplaudido, significa que os Senhores tinham a razão absoluta.

Isso não é tanto assim!

Porque o parecer que temos é um parecer que não é conclusivo, é um parecer que vai ser apresentado ainda a uma Comissão, para decidir.

Portanto, não é assim tão linear como o Senhor está a pensar!

Aquilo que sinto é que exprimi aquilo que tinha de convicção. Não é nem muito bem, nem muito mal. Era o entendimento da Mesa!

Portanto, acho que há aí um exagero de linguagem.

E mais, volto a reiterar que, sou contra este princípio que aqui diz que os Senhores Presidentes de Junta, são eleitos indirectamente na Assembleia, são Membros da Assembleia, mas não podem fazer parte das votações da Assembleia Municipal!

Que fique isso bem assente! Isso é o que eu acho que devia ser dito! "-----"

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal "em relação ao Associativismo: desde 1998 fizemos transferências para as Associações de 17 milhões de euros, uma média de 340 mil contos por ano.

Não foi aqui trazido nenhum caso em concreto.

O Partido Socialista levou, à Câmara, o caso de uma Associação que é apoiada, como todas as outras, sempre que traz iniciativas concretas. Já há muito tempo que definimos uma política que passa por não apoiar a manutenção de bares. Também não apoiamos almoços de comemorações ou jantares. Do que eu retenho desse clube, que foi referido, é uma verba referente, salvo erro, ao IMI ao que a Câmara se mostrou aberta como já o fizemos noutros anos.

De modo que, quando vêm aqui com o Associativismo a fecharem, a terem mais desporto... isso é responsabilidade dos dirigentes. Se fazem mais teatro, mais música, mais futebol ou fazem mais isto ou mais aquilo, em duzentas e tal Associações, a Câmara aí não mete prego nem estopa!

O Partido Socialista muito preocupado com o facto de nós termos usado dos meios, que a lei obriga, para cobrarmos quem não pagava os jardins-de-infância. Então não é o Partido Socialista que põe os devedores do fisco na internet? Porque é que não têm consideração? Estamos a falar de pessoas e de empresas! Às vezes de empresas que podem, com isto, perder tudo, em termos de mercado e de relações comerciais.

Eu não queria abordar a questão do Senhor Vereador mas, eu acho que vocês são pouco cuidados na abordagem porque querem ... tem o impulso de pensar que o Senhor Vereador é vítima, mas não! É autor da própria vitimização!

No ano de 2008 houve 23 reuniões, da Câmara Municipal! O Senhor Vereador esteve em 8! Só a boa consideração e compreensão da Câmara é que não levou, ainda, a que perdesse o mandato. Eu acho que não teve estas faltas na Assembleia da República e sabem porque é que não teve, por exemplo a ultima? Porque o Partido Socialista deu ordem de que se lá não estivesse perdiam a votação das taxas moderadoras, nos hospitais.

A Assembleia da República é mais importante do que o Município da Covilhã? Desde quando? Se as faltas podem ser relevadas no Município da Covilhã por se estar na Assembleia da República também podem ser relevadas na Assembleia da República porque se está no Município da Covilhã!

Quem aqui traz este problema devia ter a consciência de que, quem prefere estar na Assembleia da República em vez de estar no Município da Covilhã, dá mais valor à lógica partidária e aos vigilantes partidários do Partido, que estão em Lisboa, do que à sensação e à importância que os da Covilhã lhe possam dar.

Esse é que é o problema! Esse é que é o problema!

Sempre privilegiei o contributo de todos, na Câmara Municipal. E, é evidente que, o contraditório na Câmara Municipal enriquece a formulação da síntese final, como é óbvio. Agora se lá não estão, se lá não estão que culpa é que nós temos? Para se virem armar em vítimas! Eu acho que a vitimização agora está muito na moda. A vitimização está muito na moda! Mas, aqui na Câmara da Covilhã não se assistir e depois com esta tese peregrina mudem o dia da reunião! Amanhã o Partido Socialista substitua o Vereador e o outro Vereador seguinte ia lá e: eh pá, eu não posso, agora já não é à quarta-feira, para mim só me dá jeito à segunda. Porque é o dia em que não vou com a mulher às compras! E a Câmara da Covilhã andava a saltitar nos dias da semana. Porque ao senhor Vereador não lhe dava jeito.

Desde que eu sou Presidente que a Câmara reúne às sextas-feiras! Já lá vão 4 mandatos! Agora, íamos a alterar o dia porque um Senhor Vereador, que quer obedecer à lógica partidária de Lisboa, ao Chefe do Grupo Parlamentar, e não pode estar na Covilhã por causa da coincidência de datas.

Portanto, sejamos razoáveis! Ponhamos as coisas no seu sítio, como é devido, e pensemos no que é que é mais importante para a Terra, se é: de facto participar na Câmara Municipal ou estar a 300km, a defender as teses Nacionais? -----

--- O Senhor Vereador Dr. Victor Pereira pediu a palavra para defesa da honra. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou o Senhor Vereador que não lhe podia dar a palavra, porque o, Senhor Vereador, não esteve presente (tinha acabado de entrar na sala). Pelo que primeiro teria que ouvir a gravação e só depois disso poderia usar da palavra, na próxima Sessão, para defesa da honra. -----

## **2.2 - PROJECTO DE REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXI DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Fevereiro de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01561 de 2009.02.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc.07**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Projecto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Município da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 55 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 1 voto contra (BE)**. -----

### **2.3 - REFER - PROJECTO DE ELECTRIFICAÇÃO DO SUBTROÇO VALE DE PRAZERES/ COVILHÃ, DA LINHA DA BEIRA BAIXA - INTERESSE PÚBLICO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Fevereiro de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01562 de 2009.02.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **REFER - Projecto de Electrificação do Subtroço Vale de Prazeres/ Covilhã, da Linha da Beira Baixa - Interesse Público**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

### **2.4 - REFER - REABILITAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE TRÊS PONTES DA LINHA DA BEIRA BAIXA - PONTE FERROVIÁRIA SOBRE O RIO ZÊZERE, AO KM 157 + 701 - INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Fevereiro de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01801 de 2009.03.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **REFER - Reabilitação das Infra-estruturas de Três Pontes da Linha da Beira Baixa - Ponte Ferroviária sobre o Rio Zêzere, ao km 157 + 701 - Interesse Público Municipal**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## **2.5- ADEGA COOPERATIVA DA COVILHÃ - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Março de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, por força do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, consagrada na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, através do ofício n.º 425-GAP de 2009.03.06 e seus anexos. ---

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc.08**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **ADEGA Cooperativa da Covilhã - Pedido de Isenção de Taxas**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## **2.6 - CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA COVILHÃ - APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Março de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, através do ofício n.º 425-GAP de 2009.03.06 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes, os Senhores: Dra. Ana Monteiro (**doc.09**), Dr. Artur Meireles (**doc.10**), Fausto Baptista (S. Jorge da Beira), Eng.º Hélio Fazendeiro e o Vereador Paulo Rosa que prestou esclarecimentos. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Carta Educativa do Concelho da Covilhã - Aprovação das Alterações**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 55 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 1 voto contra( BE)**. -----

**2.7- ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMURBEIRAS-CIM**

--- O Senhor Dr. Carlos Abreu propôs que, no caso de não haver alterações, sejam consideradas as mesmas Listas apresentadas, na última eleição, pelos Partidos Social Democrata e Socialista, designadas pelas Letras “**A**” e “**B**”, respectivamente, tendo como candidatos:

**Lista “A”** - Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira  
- Prof. Bernardino Gata da Silva  
- Dr. José Curto Pereirinha  
- João Manuel Pinto  
- Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro

**Lista “B”** - Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro  
- Dr. Artur Campos Meireles da Fonseca  
- Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes  
- Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira  
- Dra. Maria da Ascensão Albuquerque Amaral Figueiredo Simões

- Foram submetidas, de seguida, a sufrágio por escrutínio secreto, apurando-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	<b>27</b>
- Número de votos atribuídos à lista “A”	<b>16</b>
- Número de votos atribuídos à lista “B”	<b>10</b>
- Número de votos em branco	<b>01</b>

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como seus representantes os Membros:

- **Senhor Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira**  
- **Senhor Prof. Bernardino Gata da Silva**  
- **Senhor Dr. José Curto Pereirinha**  
- **Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro**  
- **Senhor Dr. Artur Campos Meireles da Fonseca**

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,